

CREDENCIAMENTO

ÀO

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO PEDRO

Ref.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 001/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO
DE ÁGUA E ESGOTO
DE SÃO PEDRO

RECEBIDO

Data: 06/07/17

Daiane S. dos S. Garcia
Assessora de Autarquia
Departamento Jurídico

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO, DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DO COLETOR TRONCO, LINHA DE RECALQUE E ESTAÇÃO ELEVATÓRIA "PINHEIRINHO" E COLETOR DE TRONCO "SAMAMBAIA".

Pela presente, credenciamos o **SR. LUAN LOPES DE MATOS**, brasileiro, solteiro, maior, apontador, portador da cédula de identidade RG nº 47.077.840 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 403.021.948-94, como Representante Legal, para em nome da empresa licitante protocolizar o recurso administrativo com referencia a Licitação em epígrafe, podendo tudo praticar para o fiel cumprimento do presente mandato.

São Paulo, 03 de Julho de 2017.


PENASCAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.
CNPJ Nº 67.718.874/0001-50

12ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DE PENASCAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.

C.N.P.J. 67.718.874/0001-50
N.I.R.E. 35.210.795.386

ALEXANDRE BUSSAB, brasileiro, solteiro, maior, engenheiro civil, inscrito no CREA SP sob o nº. 060.179.271.5, residente e domiciliado nesta capital à Rua Cabo Verde, 133, São Paulo – SP, CEP 04511-011, portador da cédula de identidade R.G. 11.419.531-6 SSP/SP e C.P.F. 076.823.828-56 e **ECIDIR ANTIQUERA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, inscrito no CREA SP sob o nº 060.166.828.9, residente e domiciliado nesta capital à Rua Madre de Deus, 204, apto 61, Moóca, São Paulo – SP, CEP: 03119-000, portador da cédula de identidade R.G. 11.573.611 SSP/SP e C.P.F. 129.731.548-04, únicos sócios da sociedade empresarial denominada **PENASCAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.**, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº. 35210795386 em sessão de 23/03/92 e posteriores alterações, sendo a última registrada e arquivada sob o nº. 508.939/14-8 em sessão de 22 de Dezembro de 2014, tem justo e contratado entre si proceder as seguintes alterações:

1. AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL.

Resolvem os sócios aumentar o capital social da sociedade, com a utilização de parte do saldo existente na conta de reserva de lucros da sociedade, passando de R\$13.000.000,00 (treze milhões de reais) para R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), divididos em 18.000.000 (dezoito milhões) de quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, mediante a emissão de 5.000.000 (cinco milhões) de novas quotas, totalmente subscritas e integralizadas neste ato, da seguinte forma:

- O Sócio **ALEXANDRE BUSSAB**, acima qualificado, subscreve e integraliza, neste ato, 17.820.000 (dezessete milhões, oitocentos e vinte mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, perfazendo um valor total de R\$17.820.000,00 (dezessete milhões, oitocentos e vinte mil reais);
- O Sócio **ECIDIR ANTIQUERA**, acima qualificado, subscreve e integraliza, neste ato, 180.000 (cento e oitenta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um valor total de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Roberto Valentino de Camargo, 181
m Pinheiros - São Paulo - CEP 05594-020
1 3732-2240



Parágrafo Único: Em razão do aumento do capital, a Cláusula Sexta do Contrato Social, que trata do capital social, passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEXTA- O capital social da sociedade é de R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), divididos em 18.000.000 (dezoito milhões) de quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, já totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional e divididas entre os sócios da seguinte forma”:

ALEXANDRE BUSSAB	17.820.000 Quotas	R\$ 17.820.000,00	(99,00%)
ECIDIR ANTIQUERA	180.000 Quotas	R\$ 180.000,00	(01,00%)
TOTAL	18.000.000 Quotas	R\$ 18.000.000,00	(100%)

Parágrafo Primeiro: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Segundo: As quotas são indivisíveis em relação a sociedade.

2. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Resolvem os sócios consolidar o contrato social da **“PENASCAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA”**, que passará a vigorar com a seguinte redação”:

PENASCAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.

C.N.P.J. 67.718.874/0001-50
N.I.R.E. 35.210.795.386

CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL

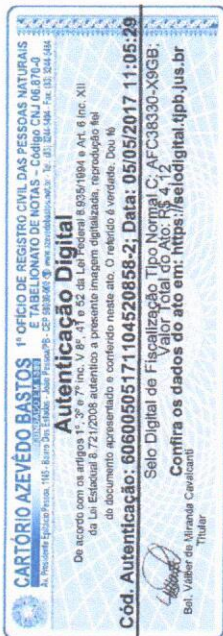
A sociedade gira sob a denominação social de **“PENASCAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.”**, e será regida pelo presente Contrato Social e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO SOCIAL

constitui objeto da sociedade e exploração dos ramos de Construção Civil em geral, incluindo Projeto; Gerenciamento, Conservação e Manutenção; e Execução de obras nas áreas de:

- Infraestrutura urbana;
- Obras viárias, portuárias, ferroviárias e aeroviárias;
- Terraplanagem;
- Pavimentação;
- Montagens industriais e instalações hidráulicas e elétricas;

Roberto Valentino de Camargo, 181
m Pinheiros - São Paulo - CEP 05594-020
1 3732-2240



- Redes elétricas e iluminação pública;
- Redes de telefonia;
- Edificações;
- Obras de arte, pontes e viadutos;
- Drenagem, limpeza e canalização de rios e córregos;
- Dragagem;
- Saneamento, incluindo redes de água e esgoto;
- Limpeza urbana, compreendendo coleta e transporte de entulho e lixo, varrição e destinação final dos resíduos;
- Manutenção de áreas verdes, parques e jardins;
- Locação de máquinas e equipamentos;
- Extração de areia, pedra, cascalho e pedregulho;
- Tratamento e disposição de resíduos não perigosos.

Parágrafo Único: A sociedade poderá participar de outras sociedades e estabelecer consórcios para melhor execução de seus objetivos sociais.

CLÁUSULA TERCEIRA – SEDE SOCIAL

A sociedade tem sede à Rua Pedro de Godoi, 406 – Vila Prudente – CEP: 03138-010, São Paulo/SP, podendo ser transferida para outro endereço, bem como abrir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer ponto do país, independente de alteração contratual.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO

A atividade da sociedade teve início em 23 de Março de 1992 e o prazo de sua duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica ficará a cargo do sócio Alexandre Bussab, engenheiro civil, registrado sob o nº. 060.179.271.5 no CREA-SP (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo).

CLÁUSULA SEXTA – CAPITAL SOCIAL

capital social é de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), divididos em 18.000.000 (dezoito milhões) de quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente do país, assim distribuído entre os sócios:

ALEXANDRE BUSSAB	17.820.000 Quotas	R\$ 17.820.000,00	(99,00%)
ECIDIR ANTIQUERA	180.000 Quotas	R\$ 180.000,00	(01,00%)
TOTAL	18.000.000 Quotas	R\$ 18.000.000,00	(100%)

Roberto Valentino de Camargo, 181
Im Pinheiros - São Paulo - CEP 05594-020
1 3732-2240



Parágrafo Primeiro: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Segundo: As quotas são indivisíveis em relação a sociedade

CLÁUSULA SÉTIMA - DESIMPEDIMENTO

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, ou por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA OITAVA - NEGOCIABILIDADE, ONEROSIDADE E CAUÇÃO DE QUOTAS COMPONENTES DE CAPITAL SOCIAL

A cessão, transferência, caução ou onerosidade, por qualquer forma de qualquer quota social, dependerá do expresse consentimento dos demais sócios, os quais terão o direito de preferência para sua aquisição, na proporção das quotas que possuírem a época. Qualquer cessão, transferência, caução, onerosidade ou venda efetuada com violação das restrições acima será nula de pleno direito.

CLÁUSULA NONA - ADMINISTRAÇÃO

A administração e representação da sociedade são exercidas pelo sócio Alexandre Bussab isoladamente, sendo-lhes conferidos os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para praticar todos os atos ativos e passivos, judiciais e extrajudiciais e todos os demais atos que se fizerem necessários ao bom andamento dos negócios sociais, bem como nomear procurador ou procuradores para auxiliá-los ou substituí-los na gestão da sociedade, desde que constituídos por instrumento público com fins específicos e prazo de validade, sendo-lhes vedado, entretanto, o uso da denominação social para fins estranhos a empresa, tais como avais, fianças e endossos de favor.

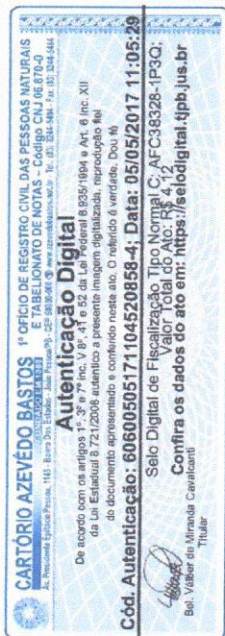
CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ATOS DE GESTÃO E DAS GARANTIAS PRESTADAS

sócios não poderão praticar atos estranhos ao objeto social, nem oferecer em nome da sociedade, fiança, aval, endosso ou demais garantias de favor a terceiros aos próprios quotistas. Sempre que violarem o disposto nesta cláusula, os ditos atos serão nulos de pleno direito perante a sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EXERCÍCIO SOCIAL

o exercício social coincidirá com o exercício civil, em 31 de Dezembro de cada ano, e será elaborado um balanço geral e uma demonstração do resultado do exercício,

Roberto Valentino de Camargo, 181
m Pinheiros - São Paulo - CEP 05594-020
1 3732-2240



cujo resultado, lucros ou prejuízos apurados, serão distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas de participação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

O presente Contrato Social poderá ser alterado, a qualquer tempo, por deliberação dos sócios quotistas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RETIRADA, INCAPACIDADE OU MORTE DE SÓCIO

No caso de falecimento de sócios, a sociedade não se dissolverá, continuando um dos herdeiros e exercendo suas atividades, mediante novo contrato nas formas da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

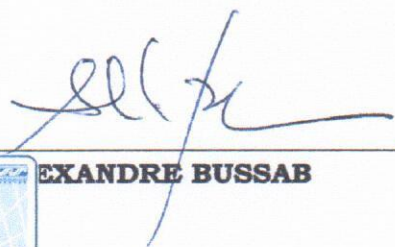
O sócio que desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar a esta através de carta registrada ou protocolada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e os seus haveres devidamente apurados em balanço, lhe serão pagos na forma da cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Os sócios de comum acordo, elegem o foro da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, a fim de que produza os devidos efeitos legais.

São Paulo, 20 de Março de 2017.



ALEXANDRE BUSSAB



IDIR ANTIQUERA



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS,
INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA**

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



CERTIDÃO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude etc...

Certifica com base na Lei 8935/94 - art. 7º - inc. V, que o(s) documento(s) em anexo é reprodução fiel do original que me foi apresentado e neste ato confirmo sua autenticidade através do Código de Controle e Autenticação abaixo.
O referido é verdade, dou fé.

Este documento foi emitido em 11/05/2017 às 10:18:07 (hora de Brasília).

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b52ad34bd4122c3e6cbfed8188b6429bee89c490a0fb97a8873da7f086e63a680ba347fcc9a79fb74e95670b24848164f1185b6520b12bb787e56cc22c826b9bd

A chave digital acima, garante que este documento foi gerado para PENASCAL ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA e emitido através do site do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com a Legislação Federal em vigor Art 1º. e 10º. § 1º. da MP 2200/01.

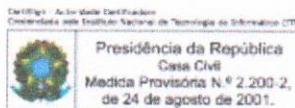
Esta certidão tem a sua validade até: 11/05/2018 às 03:50:48 (Dia/Mês/Ano)

Código de Controle da Certidão: 701476

Código de Controle da Autenticação:

60600505171104520858-1 a 60600505171104520858-5

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento através do site: <http://www.azevedobastos.not.br>



06/07/17
Daiane S. dos S. Garcia
Assessora de Autarquia
Departamento Jurídico

Ao

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO JULGADORA DE
LICITAÇÃO DO SAAESP – SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO DE
SÃO PEDRO.

Rua Malaquias Guerra, nº 37 – Centro. São Pedro/SP.

Ref.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 001/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 163/17

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE
ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DO COLETOR TRONCO, LINHA DE
RECALQUE E ESTAÇÃO ELEVATÓRIA “PINHEIRINHO” E COLETOR TRONCO
“SAMAMBAIA.”

A empresa **PENASCAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**, pessoa
jurídica de direito privado, regularmente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas
Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 67.718.874/0001-50, com
sede na Rua Pedro de Godoi, nº 406, bairro Vila Prudente, na cidade de São Paulo -
SP, neste ato representada, por seu procurador devidamente constituído, conforme
procuração anexa, **LUAN LOPES DE MATOS**, brasileiro, solteiro, maior, apontador,
portador da cédula de identidade RG nº 47.077.840 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº
403.021.948-94, com endereço comercial e telefone constantes no rodapé, vem à
presença da Ilustre Comissão de Licitação, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea
“a”, da Lei Federal nº 8.666/93, apresentar o presente:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão que habilitou as Empresas **AMPLITUDE ENGENHARIA**
E CONSTRUÇÃO EIRELI, CONALPA CONSTRUTORA ALTA PAULISTA EIRELI

Página 1

EPP, SANIT ENGENHARIA EIRELI e STAVIAS STANOSKI TERRAPLENAGEM PAV e OBRAS LTDA, na Concorrência Pública referida em epígrafe.

Requer que seja recebido e processado o presente recurso e que seja realizado o juízo de retratação, nos termos do artigo 109, inciso III, § 4º, da Lei nº 8.666/93 e, Caso a r. Comissão entenda que deve ser mantida a r. decisão que seja remetido o presente recurso à Autoridade superior.

Em que se pese o indiscutível saber da Comissão de Licitação, impõe-se a reforma da r. decisão que inabilitou a Ora Recorrente no certame em epígrafe, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

1-DOS FATOS.

Na data de 30 de maio de 2017, realizou-se sessão pública para abertura dos Envelopes 01 – Documentação das Empresas, a fim de verificar a documentação de habilitação das empresas participantes da Concorrência Pública supracitada. Na referida sessão a empresa ora recorrente alegou o seguinte:

“Empresa Amplitude – não apresentou declaração de EPP, bem balanço que comprove a condição.

Empresa Conalpa – não é mais EPP de acordo com o último balanço o patrimônio líquido excedeu o limite.

Empresa Sanit – foi declarada inidônea.

Empresa Novasan – apresentou todos os atestados em nome de outras empresas com outros CNPJ, mesmo mostrando que houve a cisão perante o CREA os atestados não estão em nome da empresa licitante.

Empresa Stavias – não apresentou contrato social autenticado.

Empresa Aruã – não apresentou declaração de EPP fora do envelope como pedia o edital.”

Ocorre que conforme Publicação da Ata de Julgamento em 22 de junho de 2.017 as empresas **AMPLITUDE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI, CONALPA CONSTRUTORA ALTA PAULISTA EIRELI EPP, SANIT ENGENHARIA**

EIRELI e STAVIAS STANOSKI TERRAPLENAGEM PAV e OBRAS LTDA, foram julgadas **HABILITADAS**.

Entretanto a r. decisão, *data máxima vênia*, é merecedora de reavaliação, corrigindo-se tal equívoco considerando que as empresas **AMPLITUDE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI, CONALPA CONSTRUTORA ALTA PAULISTA EIRELI EPP, SANIT ENGENHARIA EIRELI e STAVIAS STANOSKI TERRAPLENAGEM PAV e OBRAS LTDA**, descumpriram as normas legais e os princípios que regem as licitações públicas.

Assim, como adiante será demonstrado a r. Ata de Julgamento dos documentos de habilitação, deverá ser reformulada, afim de garantir o cumprimento da norma legal, em todas as fases do certame.

2- DO DIREITO

A priori nos compete ressaltar quanto a tempestividade do presente recurso, uma vez que a **Recorrente** tomou ciência do resultado definitivo da Fase de Habilitação, contra o qual se insurge, através da publicação do mesmo no Site Oficial do SAAESP, datada de 30 de junho de 2.017.

A Lei nº 8.666 de 1993 determina, em seu artigo 109, que será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da decisão de inabilitação o prazo para propositura de recursos. Enquadrando-se, perfeitamente, no caso em tela a hipótese prevista na alínea "a", inciso I, do artigo 109, diante de caso de "inabilitação do licitante".

É certo que a r. decisão, ora recorrida, foi publicada no dia 30/06/2017 (sexta-feira), iniciando o cômputo do prazo recursal no primeiro dia útil seguinte, qual seja, dia 03/07/2017 (segunda-feira); logo o término para a propositura do recurso se encerra em 07/07/2017 (sexta-feira).

Assim sendo, totalmente tempestivo o presente recurso e inquestionável seu cabimento.

2.2.1. EMPRESA AMPLITUDE LTDA

Para ressaltar os direitos dos licitantes participantes do certame referido em epígrafe, cumpre ressaltar que a Empresa Amplitude Ltda, não pode usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que o edital solicitava que para usufruir de tal direito a empresa deveria comprovar a sua condição como microempresa ou empresa de pequeno porte:

*5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, **visando ao exercício do direito de preferência** previsto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, **deverão apresentar declaração feita nos moldes do anexo III deste edital.***

*5.4.1. A declaração de que trata o subitem 5.4 **deverá ser entregue à Comissão de Licitações fora dos envelopes de nº 01 (Habilitação) e nº 02 (Proposta).** (grifo nosso)*

A Lei Complementar 123/2006 trás benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte, desde que as receitas brutas fiquem dentro do limite por ela estabelecido, senão vejamos:

"DA REGULARIZAÇÃO FISCAL TARDIA:

O benefício consiste na possibilidade de tais empresas demonstrarem tardiamente sua regularidade fiscal, caso haja alguma restrição.

Dispõe o § 1º, artigo 43 da Lei 123/2006:

*§ 1º **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.***

"PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO – EMPATE FICTO

Lei Complementar 123/2006 estampou a preferência de contratação às MPEs em caso de empate e trouxe uma grande inovação. Os §§ 1º e 2º do artigo 44 da Lei 123/2006 preconizam que:

"Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

*1º **Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.***

*2º **Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.***

Ora, senão vejamos se a empresa não apresentou tal declaração. Nem apresentou documento dentro do envelope que fosse possível comprovar a sua condição por meio da análise da sua Receita Bruta em seu balanço, a mesma não

pode exercer o seu direito de preferência, nem qualquer um dos seus direitos previstos na Lei Complementar nº 126/2006.

Nesse sentido, solicitamos que seja reformulada a Ata de Julgamento, para que também conste tal decisão da r. Comissão, para que a empresa não possa utilizar de tais benefícios, já que a mesma não tem mais direito.

2.2.2. EMPRESA CONALPA LTDA

Para ressaltar os direitos dos licitantes participantes do certame referido em epígrafe, cumpre ressaltar que a Empresa Conalpa Ltda, não faz mais jus aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que a mesma ultrapassou o limite de receita bruta anual disposto em tal dispositivo legal.

Conforme já mencionado nas razões acima, são inúmeros os direitos das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, a Lei Complementar 123/2006 trás benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte, desde que as receitas brutas fiquem dentro do limite por ela estabelecido, senão vejamos:

"DA REGULARIZAÇÃO FISCAL TARDIA:

O benefício consiste na possibilidade de tais empresas demonstrarem tardiamente sua regularidade fiscal, caso haja alguma restrição.

Dispõe o § 1º, artigo 43 da Lei 123/2006:

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa."

"PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO – EMPATE FICTO

Lei Complementar 123/2006 estampou a preferência de contratação às MPEs em caso de empate e trouxe uma grande inovação. Os §§ 1º e 2º do artigo 44 da Lei 123/2006 preconizam que:

"Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço."

A Lei Complementar nº 155/2016, entre outras providências, alterou a Lei Complementar nº 123/2006, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, quando dispôs o que segue:

"Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II – no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)."

Como sabemos antes dessa alteração o teto máximo da Receita Bruta Anual para as enquadradas como empresas de pequeno porte era de R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), passando para R\$4.800.000,00 (Quatro milhões e oitocentos mil reais), com o advento dessa alteração legal.

Muito embora tenha havido essa alteração, a mesma só passará a produzir seus efeitos no dia 01/01/2018 (primeiro de janeiro de dois mil e dezoito), senão vejamos:

"O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

(...)

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - na data de sua publicação, com relação ao art. 9º desta Lei Complementar;

II - a partir de 1º de janeiro de 2017, com relação aos arts. 61-A, 61-B, 61-C e 61-D da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

III - a partir de 1º de janeiro de 2018, quanto aos demais dispositivos.

Brasília, 27 de outubro de 2016; 195º da Independência e 128º da República." (grifos nossos)



Nesse sentido, solicitamos que seja reformulada a Ata de Julgamento, para que também conste tal decisão da r. Comissão, para que a empresa não possa utilizar de tais benefícios, já que a mesma não tem mais direito.

2.2.3. SANIT ENGENHARIA EIRELI

Conforme informado pela própria comissão de Licitações a empresa SANIT ENGENHARIA EIRELI, foi declarada inidônea, não podendo assim, licitar com quaisquer outros órgãos da administração pública.

O art. 3º da lei de licitações deve ser analisado de forma preliminar para orientar o nosso estudo. Vejamos:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo nosso).

O dispositivo transcrito explicita os princípios fundamentais da administração pública, revistos no art. 37 da constituição da república, dentre os quais destaca-se o princípio da moralidade.

O mencionado princípio pode ser considerado como uma cláusula geral de conduta não só para o administrador como também para o particular quando contrata com o Poder Público.

Sendo uma empresa declarada inidônea não a possibilidade da mesma poder licitar e ainda mais contratar para com outras administrações públicas.

O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento de que a suspensão temporária do direito de licitar se aplica a toda Administração Pública, visto que o objetivo da Lei de Licitações era impedir fraudes nos procedimentos licitatórios, conforme se segue:

Recurso Especial n. 174.274 — Segunda Turma

Relator: Ministro Castro Moreira

Sessão: 22/11/2004

Administrativo. Suspensão de participação em licitações. Mandado de Segurança. Entes ou órgãos diversos. Extensão da punição para toda a administração. 1. A punição prevista no inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 não produz efeitos somente em relação ao órgão ou ente federado que determinou a punição, mas a toda a Administração Pública, pois, caso contrário, permitir-se-ia que empresa suspensa contratasse novamente durante o período de suspensão, tirando desta a eficácia necessária. 2. Recurso especial provido (STJ, Segunda Turma, R Esp nº. 174274/SP. Rel. Min. Castro Meira, DJ, 22 nov. 2004). No julgamento ora transcrito, o mesmo raciocínio desenvolvido pode ser aplicado para a sanção prevista no inciso IV, do artigo 87, da Lei n. 8.666/93.

Recurso Especial n. 151.567 — Segunda Turma

Relator: Ministro Francisco Peçanha Martins

Sessão: 14/04/2003

Administrativo — Mandado de Segurança — Licitação — Suspensão temporária — Distinção entre Administração e Administração Pública — Inexistência — Impossibilidade de participação de licitação pública — Legalidade — Lei 8.666/93, Art. 87, inc. III. — É irrelevante a distinção entre os termos Administração Pública e Administração, por isso que ambas as figuras (suspensão temporária de participar em licitação (inc. III) e declaração de inidoneidade (inc. IV) acarretam ao licitante a não participação em licitações e contratações futuras. — A Administração Pública é uma, sendo descentralizadas as suas funções, para melhor atender ao bem comum. — A limitação dos efeitos da “suspensão de participação de licitação” não pode ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública. — Recurso especial não conhecido (ST J. Segunda Turma. RES P n. 151.567. Relator Min. Francisco Peçanha Martins, DJ, 14 abr. 2003). (grifo nosso).

Assim, sendo não pode prosperar a habilitação da empresa SANIT ENGANHARIA EIRELI e solicitamos que seja reformulada a Ata de Julgamento, para que a empresa seja inabilitada.

2.2.4. STAVIAS STANOSKI TERRAPLENAGEM PAV e OBRAS LTDA

A empresa Stavias, não apresentou o seu contrato social autenticado, contrariando assim o disposto no edital, conforme segue:

11.1.1. Habilitação Jurídica

11.1.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

11.1.1.2. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;**


11.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão, quando for o caso:

a) (...)

b) (...)

c) **ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas,** salvo os documentos obtidos por meio eletrônico, os quais a Comissão de Licitações confirmará a validade por meio de consulta à internet, diretamente nos respectivos sites expedidores.

c.1) **A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, por servidor do Departamento de Administração ou, eventualmente, por qualquer um dos membros da Comissão de Licitações.** (grifo nosso)



O processo licitatório segue o rito formal dos procedimentos administrativos, face à necessidade, ainda atual, de mantê-los sob a forma de papel (processo), com vistas ao controle interno e externo dos atos governamentais.

"Original" "é o documento em sua forma genuína, o escrito em que, de origem, se lançou o ato" (Amaral Santos, Prova, IV, p. 339).

"Cópia", segundo o Dicionário HOUAISS, é a "reprodução de um original (texto, gravura, filme, fita etc.) obtida por meio de qualquer processo de impressão, de reprografia, de gravação fonográfica, de fotografia etc."

Já a "cópia autenticada" é a reprodução de documento que, para sua validade, carece de autenticação por oficial público, ou conferência pelo oficial do cartório onde estão os originais. Bem assim reza o art. 365, inciso III, do Código de Processo Civil:

*"Art. 365 – Fazem a mesma prova que os originais:
(...)"*

III – as reproduções dos documentos públicos, desde que autenticadas por oficial público ou conferidas em cartório, com os respectivos originais." (grifo nosso)

As "cópias" ou "reproduções fotográficas" sem a autenticação, mais chamadas de "cópias simples", não geram efeitos legais para os procedimentos licitatórios, tendo em vista que as reproduções fotográficas não autenticadas não constituem documentos (STF, RTJ 108/156; STJ, RHC 3.446, DJU 30.5.94, p. 13493, in RBCCr 7/213; TJSP, RT 746/568). Com efeito, o art. 32, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, determinou que:

"os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, (...)." (grifo nosso)

Assim sendo não resta dúvidas de que, para fins de habilitação, não serão aceitas as "cópias simples" ou "reproduções fotográficas" sem autenticação.

Como é sabido de todos, o servidor público da administração pode autenticar tais documentos desde que lhe seja apresentado o original, para confronto e assim sendo a cópia documento reprográfico fiel ao original, é permitido que seja feita tal autenticação.

"A Corte Especial do STJ – Superior Tribunal de Justiça – em Embargos de Divergência no Recurso Especial – 124084, Processo: 199700624102, de 17/06/1998, Relator VICENTE LEAL, proferiu:

"A Corte Especial deste Tribunal, analisando a extensão do teor contido no art. 384, do CPC, combinado com as disposições do art. 21, da Medida Provisória nº 542/1997, proclamou que as reproduções fotográficas dos documentos particulares autenticadas por servidores públicos merecem eficácia, de vez que seus atos, quando praticados no exercício da função pública, gozam de presunção de legalidade e veracidade." (grifo nosso)

Podemos concluir que não há o que se negar quanto a necessidade da empresa ter apresentado seu contrato social autenticado encartado dentro do envelope 01 – Documentos de Habilitação. Não apresentando o contrato já autenticado poderia a empresa ter autenticado o mesmo apresentado o original para conferência e autenticação pelo setor de licitações da SAAESP, porém na dia o mesmo não foi apresentado pelo representante da empresa, ficando sem autenticação tal documento, sendo esse de extrema importância, devendo a mesma ser inabilitada

Assim, sendo não pode prosperar a habilitação da empresa STAVIAS STANOSKI TERRAPLENAGEM PAV e OBRAS LTDA e solicitamos que seja reformulada a Ata de Julgamento, para que a empresa seja inabilitada.

III- DO PEDIDO

Ante o exposto, a **Recorrente** requer e pede a esse respeitável órgão da Administração Municipal:

I - Que seja conhecido e provido o presente recurso, para economia do erário público e aproveitamento do presente processo, não onerando essa administração com abertura de novo processo licitatório;

II – Que seja reconhecido o efeito suspensivo;

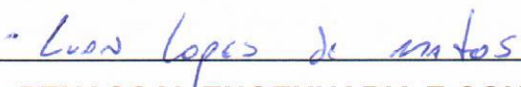
III - Que, no mérito, seja julgado procedente as razões de recurso, a fim de que a decisão seja revista, nos termos do que foi acima solicitado.

Pretende-se, assim, cumprir o requisito de esgotamento da via administrativa, como pré-questionamento para a propositura judicial.

Termos em que,

Pede-se deferimento.

São Paulo, 06 de Julho de 2.017.



PENASCAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.

Rua Pedro de Godoi, 406 Vila Prudente São Paulo/SP CEP. 03138.010

contato@penascal.com.br www.penascal.com.br

Tel.: 11 3044.3043

